Traverso, Enzo (2018), *Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória*

Eduardo Rebuá

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/10481>

DOI: 10.4000/rccs.10481

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 maio 2020

Paginação: 191-193

ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

Eduardo Rebuá, « Traverso, Enzo (2018), *Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 121 | 2020, posto online no dia 15 abril 2020, consultado o 23 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/10481> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/rccs.10481>

RECENSÕES

Traverso, Enzo (2018), *Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 487 pp. Tradução de André Bezamat

Este ensaio de matiz benjaminiano prospecta modos de sentir da esquerda. Não se trata de um rótulo da obra do historiador italiano Enzo Traverso mas, em poucas palavras, talvez de um horizonte do que o livro – dividido em sete capítulos mais uma introdução – apresenta. Publicado em 2018, não faz um diagnóstico das derrotas da esquerda, sendo antes um esboço de elaboração de uma história intelectual – segundo explicação do próprio autor em entrevista recente.¹

Traverso, reunindo diversos artigos seus, demarca desde o prefácio que a mira do trabalho se posiciona para a dimensão melancólica da cultura de esquerda no século xx, entendendo-as (a cultura e a esquerda) como articulações complexas de experiências, utopias, paixões e ideologias, sendo o marxismo o melhor exemplo do que se construiu como uma hegemonia das lutas pelas transformações do mundo nos últimos dois séculos.

É da memória que a obra fala, aquele tecido – ora farrapo, ora nobre linha – que reveste o tempo e por ele é colocado em camadas, de onde as disputas por sentidos e interpretações são lugar-chave. Bordada pela temporalidade e pela insubmissão, a memória das lutas revolucionárias – ainda inseridas de modo controverso em muitos livros de história – aparece no livro prenhe de sentimento melancólico, não enquanto lamento, mas enquanto

percepção dos derrotados no processo de rememoração (*Eingedenken*). A melancolia, resgatando a perspectiva de Benjamin, encarna assim o movimento de releitura da história, catástrofe em deslocamento que não é linearidade e progresso, mas embate constante entre subjugados e dominantes. Mapear a cultura de esquerda significa a forja de uma crítica melancólica, sobretudo após 1989 e com suas derrotas em efeito dominó, num equilíbrio precário entre memória e história (p. 49). Nos últimos 30 anos tem havido mais possibilidades de identificação da melancolia como elaboração política fecunda, por dois motivos retroalimentados: o capitalismo encontrou trilhas na cultura, no Estado, no trabalho, que reafirmam sua capacidade de vencer quase sem cessar; a esquerda socialista assumiu cada vez mais a imagem de um animal taxidermizado, vivo por fora e morto internamente.

As operações narrativas realizadas ao longo da obra, ainda que em materiais produzidos separadamente, estabelecem conexões coerentes entre seus compartimentos, principalmente pela perspectiva da dialética benjaminiana que reivindica o ensaio enquanto síntese, exatamente por sua condição de crítica livre. Obviamente, não se trata de uma construção não acadêmica, mas sim de uma zona de fronteira fina entre pesquisa e cotidiano, escrita literária e análise científica, que encontra no

¹ Disponível em <https://epoca.globo.com/enzo-traverso-quando-esquerda-falha-os-lideres-demagogos-aparecem-procura-de-um-bode-expiatorio-23288470> (consultado a 24.12.2019).

filósofo alemão um suporte que é filosófico e também estético.

Traverso depura a melancolia de qualquer caráter de apatia e imobilidade, entendendo-a tanto como uma recusa do compromisso com a hegemonia (pp. 117-118) quanto um prisma de apreensão do desenvolvimento histórico. Com este filtro adaptado à esquerda e seus dramas, retira da condição de totem tanto Marx quanto a Escola de Frankfurt; coloca no divã os lutos vividos marginalmente e a *boemia* em suas metamorfoses e intérpretes (Trótski, Benjamin, os surrealistas, Marx, etc.); enfatiza o vigor do movimento anarquista, sujeito revolucionário formador do século xx e ainda ausente de muitas prateleiras históricas da esquerda; revisita o cinema para auscultar a arte e chegar à tensão entre comunismo, utopias derrotadas, lugares de memória e representação, através da decupagem de obras de Moretti, Pontecorvo, Eisenstein, Loach, Angelopoulos e Guzmán.

Num contexto global de incremento do fascismo, como são exemplos trágicos a Itália, Polônia, Brasil, Hungria e Chile, com diversos reveses da esquerda – sendo o Brexit um exemplo pedagógico –, *Melancolia de esquerda* demarca, como Benjamin o fez, uma modalidade de “freio de emergência”. Este deveria ser a antes-sala de qualquer reorganização das forças anticapitalistas de hoje, qualquer que seja a assunção crítica dos erros,² através de um processo melancólico que redime exatamente porque politiza espaços de experiência coletivos e horizontes de mudança. A obra de Traverso dialoga com a de Michael Löwy e Robert Sayre, publicada três anos antes³ – inclusive a dedicatória

do intelectual italiano é precisamente para Löwy. Estes sociólogos recuperam a crítica do romantismo e reivindicam-na para a atualidade, debatendo grandes nomes do pensamento social ocidental. Enquanto expressão da revolução e também da melancolia, o romantismo permanece no tempo como espírito, por sua crítica da modernidade capitalista e da destruição das subjetividades e liberdades. A melancolia, a revolução e a memória constituem, sob a perspectiva da comparação, uma trinca que dialoga os dois livros, ambos preocupados sobremaneira com as lutas históricas perdidas, aquelas em disputa e as vindouras, numa temporalização-estratégia, logo, negando o *continuum*. Professor da Universidade Cornell, em Nova York, e arguto analista de fenômenos europeus, notadamente do fascismo/nazismo e do Holocausto, Traverso triangula a análise benjaminiana com o – ainda assim denominado – Terceiro Mundo, sobretudo a América e a Ásia pós-coloniais. Da conversa original que projetou entre Theodor W. Adorno e C. L. R. James, o autor concorda com o segundo em relação ao diagnóstico da modernidade mais funcional às lutas subalternas, dos vencidos da periferia do mundo moderno-colonial-capitalista. Sua recuperação da abordagem de James acerca dos vínculos orgânicos entre colonialismo e fascismo, tendo a violência como diapasão, indica claramente como Traverso percebe os desafios da história a contrapelo na hora mais drástica de nossa sociabilidade destrutiva, quando neofascismo e ultraliberalismo amalgamam oprimidos e opressores de uma forma que daria inveja aos totalitarismos da primeira metade do século xx.

² No Brasil o termo *autocrítica* (no caso, da esquerda) tem gerado inúmeros debates, a maioria despolitizados sob a defesa de que é uma ação que não cabe na conjuntura atual.

³ Löwy, Michael; Sayre, Robert (2015), *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 288 pp.

Outros encontros nascem da narrativa transversiana, como o já consagrado nexo político-filosófico Adorno-Benjamin e o menos conhecido Bensaïd-Benjamin. Em suas letras, o *marxismo clássico* de Lênin, Rosa e Trótski coincide com o *marxismo negro* de Du Bois, Césaire, James e Williams, que por sua vez coexiste no “laboratório” de Traverso com o *marxismo ocidental* de Gramsci, Adorno, Marcuse e Benjamin. Derrotadas em inúmeros processos, estas matrizes nascidas das cinzas da década de 1930 ou das lutas coloniais, dos campos de concentração nazistas ou dos *gulags*, têm se encontrado na Universidade, terreno onde o

pensamento crítico se ancorou e construiu novas possibilidades epistemológicas e políticas (p. 370). A melancolia – obviamente também presente no mundo acadêmico – é uma das “ligas” inadiáveis que as instituições universitárias, os movimentos sociais, as insubordinações subalternas e as derrotas políticas podem gerir e gerar, sob expectativa de todos os mortos que marcam presença na memória e nos planos dos vivos.

Eduardo Rebuá

Revisto por Ana Sofia Veloso
e Alina Timóteo

Gago, Verónica (2018), *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Editora Elefante, 367 pp. Tradução de Igor Peres

Neoliberalismo, política dos governados e precariedades: o caso de La Salada a partir de Verónica Gago

A obra da cientista social argentina Verónica Gago é apresentada ao público, em especial ao latino-americano, em um momento muito feliz para a compreensão dos desafios políticos, teóricos e metodológicos das mutações que estamos atravessando em grandes cidades latino-americanas, nas relações laborais e nas dinâmicas de gênero.

O livro surge a partir de uma pesquisa qualitativa em La Salada, um espaço de comércio popular em Buenos Aires, conhecido como “a maior feira ilegal da América Latina” (p. 37), fundado por bolivianos na década de 1990. Impulsionada a partir da crise argentina de 2001, paralelamente, Gago analisa a *villa* 1-11-14, noticiada como o bairro mais perigoso de Buenos Aires,¹ e também aborda as chamadas Oficinas

(ateliês têxteis e minifábricas de roupas – com uma média de cinco trabalhadores –, cujo número ultrapassa os 5000 em Buenos Aires). Ao leitor que desconhece La Salada bastará fazer uma breve busca na internet para ficar com noção do gigantismo bem como dos impactos e demais características da configuração socioespacial do local. Na obra de Gago, La Salada, a *villa* e as Oficinas integram uma trama que propõe pensar a cidade como heterogênea, desprovida de uma ordem única, onde se pensa o trabalho, o consumo e o comunitário através do desenvolvimento de uma sociedade neoliberal a partir não só dos governos, mas também dos governados. Gago consegue apresentar uma análise com nós desatados a partir de uma rigorosa e eficaz metodologia, sem deixar a

¹ Ver https://brasil.elepaís.com/brasil/2015/04/08/internacional/1428515768_851996.html (consultado a 24.12.2019).

qualidade textual cair ou permitir que a leitura fique enfadonha.

O livro é instigante pela qualidade da escrita, pela engenhosidade intelectual que manobra e por operar conceitos e apresentar novas categorias para pensar com cuidado e, de forma apurada, as dinâmicas inerentes à socialização via economia popular, consumo, direitos e inclusão. Se destaca também por lançar luz sobre o aprofundamento da sociedade neoliberal, com suas contradições, paradoxos e insurgências.

A autora identifica em sua obra especificidades de relações: de trabalho, com a cidade, de consumo, de migração e de gênero a partir de perspectivas de complexidade, não se limitando a uma visão dogmática ou binária. Gago demonstra que a desigualdade aprofundada por políticas neoliberais de cima para baixo não opera apenas em padrão macro ou nas altas camadas da estrutura social, nos Consensos de Washington e nos *summits* do G8, mas também se produz e reproduz por meio do micro e, nesse caso, em todos os caminhos que levam à La Salada.

Analizando um contexto de extrema precariedade, Gago produz conceitos que tratam os precarizados como “agentes em resistência”, protagonistas de movimentos anti-hegemônicos e que contestam – por vias não necessariamente políticas ou de formas tradicionais – a ordem estabelecida. Segundo Gago, isso é perceptível através da formulação de desejo, contestação e ironia e através de formas de lidar com a expropriação. Gago define essa percepção com o conceito de pragmática vitalista (p. 30), ou seja, indicando que tais agentes não são seres inanimados, alienados ou passivos. Gago não apresenta seus interlocutores nem os sujeitos de sua pesquisa

como vítimas, nem tão pouco como sujeitos orientados apenas pela racionalidade neoliberal, mas sim como portadores de desejos, ainda que afetados por políticas de exclusão (de direitos e de territórios).

A autora propõe pensar o neoliberalismo a partir de duas perspectivas: a de cima para baixo e a de baixo para cima. Trata-se de uma proposta metodológica para fertilizar a capacidade e a potência da obra, que pressupõe, em especial nas práticas de sociabilidade inerentes às classes populares (segmentos mais baixos das classes médias e seus grupos inferiores), que também de baixo se internalize ou se opere a partir de subjetividades que podem ser, adequadamente, chamadas de neoliberais.²

Gago destaca ainda um caráter do novo padrão de capitalismo destas economias informalizadas: a feminilização. Para a autora, este se deve a alguns fatores empiricamente observáveis, tais como maior presença pública de mulheres e deslocamento para o cenário público de características específicas do lar. Aqui, observamos a mutação do saber fazer do trabalho doméstico para o meio pelo qual se irá garantir a sobrevivência e, talvez, uma reorientação do papel atribuído ao feminino e, em especial, a um maior intercâmbio entre lar e fábrica.

Outro dado dessa nova fase da economia informalizada é a produção de caráter comunitário, encontrada, por exemplo, nos migrantes bolivianos que trabalham nas Oficinas. A autora revela os fluxos intensos que estes acabam por criar a partir de uma relação de confiança entre patrões e empregados num ambiente comunitário. Uma vez forçadas justamente nesse ambiente – e não no modelo de relações impessoais idealizado do mundo ocidental – as relações de trabalho, dominação

² Ver Dardot, Pierre; Laval, Christian (2016), *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo. Tradução de Mariana Echalar.

e comunidade acabam por se tornar ainda mais turvas.

As Oficinas, espaço marcante do tal caráter comunitário, são geridas por uma nova “empresarialidade” (p. 20) e descritas como local reservado aos migrantes bolivianos, enquanto empresários ou trabalhadores precarizados. Nesse aspecto, revela Gago, o empreendedor ou empresário popular não é chamado pelos demais como patrão ou chefe, mas como “tio”, ainda que inexistam vínculos familiares. Dos trabalhadores das Oficinas, recrutados na Bolívia, se espera um saber fazer comunitário e flexível, transformando a própria percepção e construção social do comunitário em um capital. Assim, o caráter comunitário não representa, necessariamente, um retorno ao essencial, uma recusa do global, mas um modo estratégico de combinar escalas, saberes e circuitos. Aqui, ao contrário, o exercício metodológico é a tentativa de compreensão do seu significado no atual contexto do capitalismo (rentista e financista para cima, precarizado e empreendedor para baixo).

Ao trazer conceitos como economia barroca, “cidade bigarrada”, “empresarialidade”, “ensamblagem”, a obra permite construir ferramentas teóricas para dar conta de temas nevrálgicos como a migração, o trabalho, os direitos, a inclusão e as lutas feministas. A promessa representada por La Salada é a de que qualquer um pode ser empresário (ainda que seja um empreendedor popular) e, mais do que isso, de que qualquer um pode se vestir como um executivo (ainda que use cópias de roupa de marca, chamadas popularmente de “falsificadas”, mas produzidas pelos mesmos trabalhadores que produzem os originais).

Ao se referir a Chatterjee na conclusão de sua obra, Gago instiga a pensar na “política dos governados”, onde os membros de La Salada, da *villa* e das Oficinas não são tratados como agentes passivos ou como vítimas, mas como operadores de um complexo padrão de atividades socio-políticas. Nesse universo estudado por Gago, os direitos não são garantidos pelo Estado – como o direito à propriedade ou como os direitos políticos – sendo estes apenas garantidos para as classes médias e superiores que possuem influência junto da chamada sociedade civil (partidos políticos, instituições públicas e privadas, entre outros). Ao contrário, o universo social estudado por Gago está excluído da sociedade civil, restando a “sociedade política” (como definido por Chatterjee e referenciado na obra), ou seja, a organização a partir de arranjos paraestatais e paralegais. Tal proposta de abordagem sociológica acaba por produzir uma revisão da dimensão clássica dominados *vs.* dominantes, dividindo as sociedades em dois grupos: o dos cidadãos, portadores dos direitos burgueses, e o da população, onde, na prática, seria exercida a política dos governados, como o caso de La Salada. Seria possível pensar nas populações periféricas brasileiras a partir desse paradigma? O livro é uma contribuição essencial para quem decide pensar criticamente o neoliberalismo, pois tece uma profunda análise de como tal lógica se difundiu por baixo, demonstrando como este não se restringe a programas de privatizações, desregulação e financeirização da economia.

Rodrigo de Araujo Monteiro

Revisto por Ana Sofia Veloso

Eduardo Rebuá

Departamento de Habilitações Pedagógicas, Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba
| Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense

Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa-PB, CEP 58051-900, Brasil

Contacto: rebua7@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7954-3937>

Rodrigo de Araujo Monteiro

Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Instituto Universitário de Pesquisas
do Rio de Janeiro da Universidade Cândido Mendes | Departamento de Ciências Sociais
da Universidade Federal Fluminense

Rua da Assembleia, 10, 7.º Andar, Sala 702, Centro, CEP: 20011-901, Rio de Janeiro, Brasil

Contacto: rodearmo@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8415-5477>